



**CONTROLADORIA GERAL
DO MUNICÍPIO**



PROJETO IRRADIANDO CONTROLE

Análise das informações e das contas municipais disponibilizadas nos demonstrativos contábeis e fiscais previstos na Lei 4.320/64 – Lei de Normas Gerais do Direito Financeiro e na Lei Complementar 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal

“Demonstrações Contábeis e Fiscais”

CGM/SUBCON/CTG – Contadoria Geral

OBJETIVO

Resolução CGM 1465 de 19/12/2018

Transmitir aos cidadãos conhecimentos básicos que permitam a compreensão e análise das informações divulgadas pela CGM-Rio

SUMÁRIO

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

NORMAS APLICÁVEIS

ENTENDENDO AS CONTAS PÚBLICAS

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

TRANSFORMAR DADOS ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAIS DAS AÇÕES DE GOVERNO EM INFORMAÇÕES ESTRUTURADAS E RELATÓRIOS

DADOS ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAIS



CONTABILIDADE

**DEMONSTRATIVOS ORÇAMENTÁRIOS
E FISCAIS (LRF)**
(durante e no final do exercício)

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
APLICADAS AO SETOR PÚBLICO**
(final do Exercício)

PRESTAÇÃO DE CONTAS
CONTAS PÚBLICAS

PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA

CONSOLIDAÇÃO NACIONAL

NORMAS APLICÁVEIS

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - STN

Órgão Central de Contabilidade da União

Edição de normas gerais para consolidação da contas públicas

STN

```
graph TD; STN[STN] --> L101[Lei Complementar 101/2000]; STN --> L4320[Lei 4.320/64];
```

Lei Complementar 101/2000

LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

MANUAL DE DEMONSTRATIVOS

FISCAIS (MDF)

**Relatórios da Lei de
Responsabilidade Fiscal (LRF)**

Lei 4.320/64

Normas de orçamento e contabilidade pública

MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA

AO SETOR PÚBLICO (MCASP)

**DCASP (Demonstrações Contábeis
Aplicadas ao Setor Público)**

MDF

Manual de Demonstrativos Fiscais

Estabelece regras de harmonização para a elaboração dos anexos e relatórios fiscais e da execução orçamentária

Anexo de Riscos Fiscais (ARF)

Anexo de Metas Fiscais (AMF)

Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)

Relatório de Gestão Fiscal (RGF)

MCASP

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Estabelece regras de harmonização para a elaboração das demonstrações contábeis

PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público

DCASP – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público

ENTENDENDO AS CONTAS PÚBLICAS

DEMONSTRATIVOS ORÇAMENTÁRIOS E FISCAIS - LRF

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

DEMONSTRATIVOS ORÇAMENTÁRIOS E FISCAIS

LRF

DEMONSTRATIVOS ORÇAMENTÁRIOS E FISCAIS – LRF

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LC 101/2000)

Artº 1º, § 1º - “ A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

RESPONSABILIDADE NA GESTÃO FISCAL

AÇÃO PLANEJADA E TRANSPARENTE

CUMPRIMENTO DE METAS E LIMITES LEGAIS

PROMOÇÃO DO EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS

DEMONSTRATIVOS ORÇAMENTÁRIOS E FISCAIS - LRF

Conjuntos de quadros divididos em relatórios (RREO e RGF) sintetizando as informações e os resultados da execução orçamentária e gestão fiscal no que tange ao alcance de metas e indicadores

RREO - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RGF – RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ENTENDENDO ALGUNS CONCEITOS

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS

RECEITAS E DESPESAS INTRAGOVERNAMENTAIS

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIAS COM TRANSAÇÕES CONTRATUAIS/COMERCIAIS ENTRE INSTITUIÇÕES DO MUNICÍPIO

ORÇAMENTO ATUALIZADO

ORÇAMENTO INICIAL ACRESCIDO DE CRÉDITOS ADICIONAIS AUTORIZADOS

CRÉDITOS ADICIONAIS

FEITOS NO ORÇAMENTO INICIAL POR CONTA DE SUFICIÊNCIA FINANCEIRA

ENTENDENDO ALGUNS CONCEITOS

RECEITA REALIZADA

RECEITA EFETIVAMENTE RECEBIDA (REGIME DE CAIXA)

DESPESA EMPENHADA

VALOR COMPROMISSADO NO ORÇAMENTÁRIO COM UMA DESPESA ESPECÍFICA A SER EFETIVADA
(Utilizada no cômputo dos limites legais no último bimestre do exercício)

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS EMPENHADAS QUE ATÉ O ÚLTIMO DIA DO EXERCÍCIO NÃO HOUVE A EFETIVAÇÃO DA DESPESA

DESPESA LIQUIDADA

DESPESA JÁ EFETIVADA CUJO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO IRÁ CONFERIR AS CONDIÇÕES CONTRATUAIS E LEGAIS PARA FINS DE
TORNAR APTA PARA PAGAMENTO

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

DESPESA LIQUIDADA QUE ATÉ O ÚLTIMO DIA DO EXERCÍCIO NÃO HOUVE PAGAMENTO

RREO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

RREO – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF artigos 52 e 53

Art. 52. O relatório a que se refere o [§ 3º do art. 165 da Constituição](#) abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

- a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;
- b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - demonstrativos da execução das:

a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;

b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;

c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do art. 51.

Art. 53. Acompanharão o Relatório Resumido demonstrativos relativos a:

I - apuração da receita corrente líquida, na forma definida no inciso IV do art. 2º, sua evolução, assim como a previsão de seu desempenho até o final do exercício;

II - receitas e despesas previdenciárias a que se refere o inciso IV do art. 50;

III - resultados nominal e primário;

IV - despesas com juros, na forma do inciso II do art. 4º;

V - Restos a Pagar, detalhando, por Poder e órgão referido no art. 20, os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.

§ 1º O relatório referente ao último bimestre do exercício será acompanhado também de demonstrativos:

I - do atendimento do disposto no [inciso III do art. 167 da Constituição](#), conforme o § 3º do art. 32; **(regra de ouro – grifo nosso)**

II - das projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos;

III - da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.

§ 2º Quando for o caso, serão apresentadas justificativas:

I - da limitação de empenho;

II - da frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal, adotadas e a adotar, e as ações de fiscalização e cobrança.

DEMONSTRATIVOS ORÇAMENTÁRIOS E FISCAIS - LRF

RREO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Base de informações - registros contábeis da Execução Orçamentária

Poder Executivo

Administração Direta e Indireta

Poder Legislativo

Apresentação dos relatórios



CONSOLIDADOS

RREO – RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Quadros Anexos (divulgação BIMESTRAL com exceção dos Anexos 9, 10 e 11 que são ANUAIS)

Demonstrativo	Anexo do RREO	Objetivo Principal
Balanco Orçamentário	1	Demonstrar a realização da execução orçamentária no período considerando a realização da receita, a despesa empenhada, liquidada e paga e o resultado orçamentário comparado à meta prevista
Execução das Despesas por Função/Sub-Função	2	Demonstrar as aplicações dos recursos nas funções de governo (conforme orçamento)
Receita Corrente Líquida	3	Demonstrar e comparar nos últimos 12 meses os valores da Receita Corrente Líquida
Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS	4	Demonstrar a composição das receitas, despesas e resultado previdenciário do Município do Rio de Janeiro
Resultados Primário e Nominal	6	Demonstrar o resultado primário (sem os encargos da dívida) e o resultado nominal da dívida pública consolidada líquida, comparando-os com as metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO
Restos a Pagar por Poder e Órgão	7	Demonstrar a movimentação no exercício, dos Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores ao corrente
Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE	8	Demonstrar as aplicações de recursos na Educação Básica verificando se as mesmas atingiram os mínimos exigidos legalmente
Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	9	Demonstrar o valor das operações de crédito que não pode ser superior ao montante das despesas de capital, conforme artº 167 inciso III da CF (Regra de Ouro)
Demonstrativo da Posição Atuarial do Regime de Previdência dos Servidores	10	Demonstrar a projeção futura do resultado previdenciário e saldo financeiro do RPPS para 75 anos.
Demonstrativo da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	11	Demonstrar a receita com alienação de ativos e sua aplicação em despesas de capital e/ou em despesas Correntes do Regime de Próprio de Previdência Social – RPPS
Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	12	Demonstrar as receitas e aplicações de recursos em ações e serviços de Saúde, com a indicação do limite legal mínimo
Parcerias Público-Privadas	13	Demonstrar as despesas do período e projeções futuras, com Parcerias Público Privadas (PPP's) considerando o comprometimento (%) da Receita Corrente Líquida
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	14	Apresentar um RESUMO das informações e resultados alcançados em todos os quadros demonstrativos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO

RREO ANEXO 14 – DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO

Objetivo

Apresentar um RESUMO das informações e resultados alcançados em todos os quadros demonstrativos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO

**PARA UMA VISÃO GERAL RECOMENDA-SE
A CONSULTA DESSE QUADRO**

RREO ANEXO 1 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Objetivo

Demonstrar a realização da execução orçamentária no período considerando a realização da receita, a despesa empenhada, liquidada e paga e o resultado orçamentário comparado à meta prevista

Receitas

Previsão inicial e realizações (efetivos ingressos financeiros)

Despesas

Dotação Inicial, Créditos Adicionais, Empenhadas, Liquidadas e Pagas

Resultado

Receitas Realizadas x Despesas Liquidadas /Empenhadas

RREO ANEXO 1 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Receitas e Despesas

RECEITAS

CORRENTES

Tributárias
Patrimoniais
Serviços
Transferencias (União, outros entes federativos e instituições)

DE CAPITAL

Alienação de Bens
Amortização de empréstimos concedidos
Transferencias (União, outros entes federativos e instituições)

DESPESAS

CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais
Juros e Encargos da Dívida
Outras Despesas Correntes (serviços, aluguéis,...)

DE CAPITAL

Investimentos (novos)
Inversões financeiras (bens já existentes)
Amortização de empréstimos contraídos

RREO ANEXO 2 – DESPESAS POR FUNÇÃO/SUB-FUNÇÃO

OBJETIVO

**Demonstrar as aplicações dos recursos nas funções de governo
(conforme orçamento)**

Dotações iniciais e atualizadas

Despesas empenhadas e liquidadas

Saldo das dotações atualizadas não empenhadas e não liquidadas

Valor de inscrição em Restos a Pagar Não Processados

RREO ANEXO 3 – RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Objetivo

Demonstrar nos últimos 12 meses a composição dos valores da Receita Corrente Líquida

RCL – Receita Corrente Líquida (Receitas Correntes MENOS Deduções)

Receitas Correntes por Categoria Econômica

RCL – Parâmetro de aferição de limites legais em outros demonstrativos

Comparação da realização com a previsão atualizada

RREO ANEXO 4 – RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

Objetivo

Demonstrar a composição das receitas, despesas e resultado previdenciário do Município do Rio de Janeiro

Planos Previdenciário e Financeiro - MRJ (Previdenciário)

Receitas Previdenciárias

Previsão inicial e atualizada

Receitas correntes - Contribuições Ativos e Inativos e Patronal / Provenientes de Plano de Amortização de déficit atuarial

Receitas de Capital – Alienação de bens

Despesas Previdenciárias

Despesas correntes – Benefícios previdenciários (aposentadorias e pensões)

Dotação inicial e atualizada / empenhadas / liquidadas / Restos a Pagar

Resultado Previdenciário Receitas MENOS **despesas**

Recursos arrecadados em exercícios anteriores

Reservas orçamentárias do RPPS

Aportes de recursos para o Plano Previdenciário

RREO ANEXO 6 – RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

Objetivo

Demonstrar o resultado primário (sem os encargos da dívida) e o resultado nominal da dívida pública consolidada líquida, comparando-os com as metas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

Receitas e Despesas primárias

NÃO consideram → receitas e despesas financeiras

(rendimentos de aplicação financeiros, juros, encargos de mora e atualizações credores e devedores)

Receitas primárias Realizadas – Despesas primárias PAGAS = RESULTADO PRIMÁRIO

RESULTADO PRIMÁRIO + JUROS CREDITORES – JUROS DEVEDORES = RESULTADO NOMINAL

Duas metodologias

Acima e Abaixo da Linha



MESMO RESULTADO

**RESULTADOS COMPARADOS COM METAS PREVISTAS NO
ANEXO DE METAS FISCAIS – LDO (LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS)**

RREO ANEXO 7 – RESTOS A PAGAR

Objetivo

Demonstrar a movimentação no exercício, dos Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores ao corrente

Por Poder e Órgão

Separação (exercício imediatamente anterior dos demais)

MOVIMENTAÇÕES

PROCESSADOS – Inscritos / pagos / cancelados / saldo

NÃO PROCESSADOS - Inscritos / Liquidados / Pagos / cancelados / saldo

PROCESSADOS – Liquidados e não pagos

NÃO PROCESSADOS - Empenhados e não liquidados

RREO ANEXO 8 – RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Objetivo

Demonstrar as aplicações de recursos na Educação Básica verificando se as mesmas atingiram os mínimos exigidos legalmente

FUNDEB

APLICAÇÃO TOTAL DOS RECURSOS EM MDE

Aplicações dos recursos em remuneração de profissionais do MAGISTÉRIO (mínimo de 60%)

+ Aplicações em outras despesas – MDE

Base de aferição – Receitas do FUNDEB (Transferências Recebidas + rendimentos de aplicações financeiras)

Admite-se o limite máximo de 5% não aplicados no exercício

RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

PARTE DAS RECEITAS DESTINADAS AO FUNDO (20% de transferências constitucionais)

MENOS

(RECEBIMENTOS DO FUNDO + COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO + RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS DOS RECURSOS DO FUNDO)

RREO ANEXO 8 – RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Objetivo

Demonstrar as aplicações de recursos na Educação Básica verificando se as mesmas atingiram os mínimos exigidos legalmente

Despesas com MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Educação Infantil (Creche e Pré Escola) e Fundamental

Separação das despesas utilizadas com recursos do FUNDEB e da Receita de Impostos

Resultado Líquido das transferências do FUNDEB

(abatido das despesas de MDE para fins de compute do limite mínimo)

Base de aferição dos limites legais = Receita Impostos e Transferências Constitucionais e Legais

Despesas com MDE MENOS Resultado líquido FUNDEB = Despesas com MDE para cômputo do LIMITE

Despesas com MDE para cômputo do LIMITE / Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais

=

% aplicado (mínimo de 25%)

RREO ANEXO 9 – RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

*** Divulgação anual**

Objetivo

Demonstrar o valor das operações de crédito que não pode ser superior ao montante das despesas de capital, conforme artº 167 inciso III da CF (Regra de Ouro)

REGRA DE OURO

Total de Receitas de Operação de Crédito

MENOR

Montante das Despesas de Capital (empenhadas)

Receitas de Operação de Crédito

Montante das aquisições de recursos por empréstimos contraídos no exercício

RREO ANEXO 10 – PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA

* Divulgação anual

Objetivo

Demonstrar a projeção futura do resultado previdenciário e saldo financeiro do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS para 75 anos

Exercício anterior e exercício corrente (valores reais ocorridos)
Após o exercício corrente (valores projetados)

Receitas Previdenciárias

Receitas correntes e de capital (contribuições de servidores ativos e Inativos e Patronal; provenientes de Plano de Amortização de déficit atuarial; Alienação de bens (ano anterior e ano corrente REAIS)

Despesas Previdenciárias

Despesas correntes – Benefícios previdenciários (aposentadorias e pensões)

Resultado Previdenciário (Receitas – despesas)

Saldo Financeiro = Saldo anterior + **Resultado Previdenciário**

RREO ANEXO 11 – RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

*** Divulgação anual**

Objetivo

Demonstrar a receita com alienação de ativos e sua aplicação em despesas de capital e/ou em despesas Correntes do Regime de Próprio de Previdência Social – RPPS



LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal

Art. 44. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, **salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores**

DESPESAS DE CAPITAL (Investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida)

Objetivo do regramento fiscal

Não se desfazer de bens públicos que não seja com objetivo de novos investimentos ou reduzir a dívida pública

RREO ANEXO 12 – RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Objetivo

Demonstrar as receitas e aplicações de recursos em ações e serviços de Saúde, com a indicação do limite legal mínimo

Despesas com Ações e Serviços de Saúde

Demonstradas pelas categorias econômicas e por sub-função (tipo de aplicação em saúde)

(-) despesas excluídas do cálculo do limite mínimo *(custeadas com outros recursos)*

Transferências do SUS

Recursos de operações de crédito

Parte não aplicada do Mínimo Legal em exercícios anteriores

= Despesas para fins de cálculo do Limite Mínimo

/

Base de Aferição = **Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais**

= Limite Legal Mínimo = 15%

RREO ANEXO 13 – PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

Objetivo

Demonstrar as despesas do período e projeções futuras, com Parcerias Público Privadas (PPP's) considerando o comprometimento (%) da Receita Corrente Líquida

Aplicações de Recursos (Despesas de Caráter Continuado)

Despesas Correntes e de Capital por Projeto de PPP

Contratadas e A Contratar

No exercício anterior, correntes e próximos 9 (nove) anos

Limite das aplicações de recursos (% sobre a Receita Corrente Líquida)

Para a Administração Pública em geral – 5% (Lei federal 11.079/2004 – art. 28

Para o Município do Rio de Janeiro – 3% (Lei Complementar MRJ 105/2009 art. 24)

**Aplicações feitas por empresas estatais não dependentes
(não entram no cálculo para fins de limite)**

RGF

Relatório da Gestão Fiscal

RGF - RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF artigos 54 e 55

Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:

- I - Chefe do Poder Executivo;
- II - Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo;
- III - Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário;
- IV - Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.

Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.

Art. 55. O relatório conterá:

I - comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos seguintes montantes:

- a) despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas;
- b) dívidas consolidada e mobiliária;
- c) concessão de garantias;
- d) operações de crédito, inclusive por antecipação de receita;
- e) despesas de que trata o inciso II do art. 4º;

II - indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites;

III - demonstrativos, no último quadrimestre:

- a) do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro;
- b) da inscrição em Restos a Pagar, das despesas:
 - 1) liquidadas;
 - 2) empenhadas e não liquidadas, inscritas por atenderem a uma das condições do inciso II do art. 41;
 - 3) empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa;
 - 4) não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados;
- c) do cumprimento do disposto no inciso II e na alínea b do inciso IV do art. 38.

§ 1º O relatório dos titulares dos órgãos mencionados nos incisos II, III e IV do art. 54 conterá apenas as informações relativas à alínea a do inciso I, e os documentos referidos nos incisos II e III.

§ 2º O relatório será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º O descumprimento do prazo a que se refere o § 2º sujeita o ente à sanção prevista no § 2º do art. 51.

§ 4º Os relatórios referidos nos arts. 52 e 54 deverão ser elaborados de forma padronizada, segundo modelos que poderão ser atualizados pelo conselho de que trata o art. 67.

RGF – Relatório de Gestão Fiscal

Base de informações

Registros contábeis da Execução Orçamentária e da Contabilidade Patrimonial

Apresentação dos relatórios

Poder Executivo

Administração Direta e Indireta



Anexo 1 – Despesa de pessoal (1º e 2º quadrimestres)

Anexo 2 – Dívida Consolidada

Anexo 3 – Garantias e Contragarantias

Anexo 4 – Operações de Crédito

Consolidado (inclui o Poder Legislativo)

Poder Executivo e Legislativo



Anexos: 1 – Despesa de Pessoal e 5 – Disponibilidade de Caixa
(Último quadrimestre)

RGF – RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Quadros Anexos (divulgação QUADRIMESTRAL com exceção do Anexo 5 que é ANUAL)

Demonstrativo	Anexo	Objetivo
Despesa com Pessoal	1	Transparência da despesa com pessoal de cada um dos Poderes e órgãos, visando à adequação aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF
Dívida Consolidada Líquida	2	Transparência das obrigações contraídas pelos entes da Federação e verificação dos limites legais de endividamento
Garantias e Contragarantias de Valores	3	Compor e demonstrar os saldos de avais e fianças concedidas para obtenções de operações de crédito, comparando com a Receita Corrente Líquida do período e com os limites estabelecidos na LRF
Operações de Crédito	4	Demonstrar as captações de recursos por operações de crédito e aferição do enquadramento nos limites legais
Disponibilidades de Caixa e Restos a Pagar	5	Demonstrar o comprometimento das Disponibilidades de Caixa com os Restos a Pagar e demais obrigações financeiras
Demonstrativo Simplificado do Relatório da Gestão Fiscal	6	Apresentar um RESUMO das informações e resultados alcançados em todos os quadros demonstrativos do Relatório de Gestão Fiscal – RREO

RGF ANEXO 6 – DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO

Apresentar um RESUMO das informações e resultados alcançados em todos os quadros demonstrativos do Relatório de Gestão Fiscal – RREO

**PARA UMA VISÃO GERAL RECOMENDA-SE
A CONSULTA DESSE QUADRO**

RGF ANEXO 1 – DESPESAS COM O PESSOAL

Objetivo

Transparência da despesa com pessoal de cada um dos Poderes e órgãos,
visando à adequação aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF

No último Quadrimestre - Quadros: Consolidado e Poder Executivo

Despesas com o Pessoal

Pessoal Ativo / Pessoal Inativo e Pensionistas / mão de obra terceirizada

(-) Inativos e Pensionistas pagos com Recursos Vinculados ao Regime Próprio de Previdência

= Despesas com o Pessoal para cálculo do limite / Receita Corrente Líquida (RCL) = % Sobre a RCL

LIMITES LEGAIS		
	CONSOLIDADO	PODER EXECUTIVO
MÁXIMO	60%	54%
PRUDENCIAL	57%	51,30%
DE ALERTA	54%	48,60%

RGF ANEXO 2 – DÍVIDA CONSOLIDADA

Objetivo

Transparência das obrigações contraídas pelos entes da Federação e verificação dos limites legais de endividamento

SALDOS do Exercício Anterior e dos quadrimestres do Exercício

Dívida Consolidada

Dívida Mobiliária

Provenientes de emissão de títulos públicos, com prazo superior a 12 meses

Dívidas Contratuais

Provenientes de leis, contratos, convênios e operações de crédito e empréstimos e financiamentos internos e externos, com prazo superior a 12 meses

(-) Deduções

= DCL - Dívida Consolida Líquida

DCL / RCL = Limite de Endividamento (%)

RCL = Receita Corrente Líquida

Resolução Senado Federal

120%

Limite de Alerta

LRF art. 59

90% de 120% = 108%

(-) Deduções

Disponibilidade de Caixa

(-) Restos a Pagar Processados

= Disponibilidade de Caixa Líquida

+ Demais haveres financeiros

= Valor total de deduções

RGF ANEXO 3 – GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS

Objetivo

Compor e demonstrar os saldos de avais e fianças concedidas para obtenções de operações de crédito, comparando com a Receita Corrente Líquida do período e com os limites estabelecidos na LRF

Avais e Fianças

Garantias oferecidas a outros entes federativos e entidades controladas, em operações de crédito

Município do Rio de Janeiro não presta esse tipo de garantia

RGF ANEXO 4 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Objetivo

Demonstrar as **captações** de recursos no exercício por operações de crédito e aferição do enquadramento nos limites legais

CAPTAÇÕES no exercício demonstradas no quadrimestre e até o quadrimestre

Operações de Crédito

Compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros (LRF; Art. 29; Inc. III)

Captações Demonstradas

Dívida Mobiliária e Contratuais – Interna e Externa

Total de Captações Até o Quadrimestre / RCL = Limite de Contratação no Exercício (%)

RCL = Receita Corrente Líquida

Resolução Senado Federal
16%

Limite de Alerta
LRF art. 59

90% de 16% = 14,4%

RGF ANEXO 5 – DISPONIBILIDADES DE CAIXA

Objetivo

Demonstrar o comprometimento das Disponibilidades de Caixa com os Restos a Pagar e demais obrigações financeiras

Divulgação apenas no último Quadrimestre ➡ **2 (dois) demonstrativos – Poder Executivo e Consolidado**

Segregação em Fontes de Recursos pela vinculação a aplicações específicas

Não Vinculados

Tesouro

Vinculados

Com detalhamento das principais aplicações

Disponibilidade de Caixa Bruta

saldos bancários

(-)

Obrigações Financeiras

Restos a Pagar Processados

Restos a Pagar Não Processados de exercícios anteriores

Outras obrigações Financeiras

=

Disponibilidade de Caixa Líquida

Restos a Pagar Não Processados

Inscritos no Exercício

Responsabilidade Fiscal

Valor não deve ser maior que o saldo da Disponibilidade Líquida

vedado no último ano de governo

Empenhos Não Liquidados Cancelados

(Não inscritos por Insuficiência Financeira)

Diferença a maior entre o valor dos RP Processados e a Disponibilidade de Caixa

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO DCASP

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
APLICADAS AO SETOR PÚBLICO
DCASP**

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

BALANÇO FINANCEIRO

BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

FLUXOS DE CAIXA

NOTAS EXPLICATIVAS

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Objetivo

Demonstrar a realização da execução orçamentária considerando a realização da receita, a despesa empenhada, liquidada e paga e o resultado orçamentário

Receitas (Previsão, realização e saldos não realizados)

Despesas

Dotação, Créditos Adicionais, Empenhadas, Liquidadas, Pagas e saldo de dotação não empenhado

Resultado

Receitas Realizadas x Despesas Empenhadas

Movimentação de Restos a Pagar

BALANÇO FINANCEIRO

Objetivo

Demonstrar os ingressos e desembolsos financeiros segregando em valores orçamentários e não orçamentários

Demonstração dos exercícios corrente e anterior

INGRESSOS



Orçamentários

Recebimentos efetivos; segregação em ordinários (vinculados) e não vinculados

Extraorçamentários

Inscrição de Restos a Pagar, Cauções e garantias.; Créditos a Curto Prazo

DESEMBOLSOS



Orçamentários

Despesas Empenhadas; segregação em ordinária (não vinculada) e vinculada

Extraorçamentários

Pagamento de Restos a Pagar (ex. anteriores); Cauções e garantias; Obrigações a Curto Prazo

BALANÇO PATRIMONIAL

Objetivo

Demonstrar os saldos monetários dos bens, direitos e obrigações, o resultado patrimonial líquido e acumulado

Demonstração dos exercícios corrente e anterior

Contempla, mas *independe* e não se restringe a execução orçamentária

*Reconhecimentos de valores e receitas a receber *independentemente* do efetivo recebimento*

*Reconhecimento de obrigações, *independentemente* da execução orçamentária*

PRINCIPIO DA COMPETÊNCIA

ATIVO

Bens e direitos a receber

Por ordem de recebimentos

Circulante (Até 12 meses)

Não Circulante (Após 12 meses)

Bens para Uso e Investimentos

Não Circulante

PASSIVO

Obrigações com Terceiros

Por ordem de exigibilidade

Circulante (Até 12 meses)

Não Circulante (Após 12 meses)

Patrimônio Líquido

Bens e Direitos – Obrigações com Terceiros

BALANÇO PATRIMONIAL

QUADROS COMPLEMENTARES

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

CONTAS DE COMPENSAÇÃO

SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Objetivo

Demonstrar qualitativamente os componentes das receitas e despesas e formação do resultado patrimonial

Demonstração dos exercícios corrente e anterior

Contempla, mas *independe e não se restringe* a execução orçamentária

Reconhecimento de receitas independentemente do efetivo recebimento

Reconhecimento de despesas independentemente de execução orçamentária e de pagamento

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS (Receitas)

Tributárias

Venda de Bens e Serviços

Financeiras

Transferências Recebidas

Variação e Ganhos com Ativos

Desincorporação de Obrigações

Outras



VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (Despesas)

Pessoal e Encargos

Benefícios Previdenciários

Bens e Materiais de Consumo

Transferências Concedidas

Desvalorização e Perda de Ativos

Incorporação de obrigações

Outras



RESULTADO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Objetivo

Demonstrar os valores de Caixa gerados pelas atividades operacionais, de investimento e financiamento

Demonstração dos exercícios corrente e anterior

OPERACIONAIS

Ingressos

Receitas Derivadas e Originárias (Próprias)
Transferências Correntes Recebidas
Outras

Desembolsos

Pessoal e demais despesas
Juros e encargos da Dívida
Transferências Concedidas

FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO

Ingressos – Desembolsos



DE INVESTIMENTO

Ingressos

Alienação de Bens
Amortização de Emprést./Financ. Concedidos

Desembolsos

Aquisição de Bens
Concessão de Empréstimos e Financiamentos

FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO

Ingressos – Desembolsos



DE FINANCIAMENTO

Ingressos

Empréstimos e Financiamentos contraídos
Transferências de Capital Recebidas

Desembolsos

Amortização de Empréstimos e Financiamentos

FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO

Ingressos – Desembolsos



GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

QUADROS DE DETALHAMENTOS

RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS

TRANSFERENCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

DESEMBOLSOS DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Objetivo

Acrescentar e detalhar informações relativas às contas e valores apresentados nas demonstrações contábeis visando facilitar a compreensão

Parte integrante das Demonstrações

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A INSTITUIÇÃO

Natureza Jurídica; domicílio; natureza das operações e principais atividades; normas aplicáveis

PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Métodos de avaliação e mensuração dos valores apresentados

DETALHAMENTO DE VALORES

Composição de valores apresentados de forma sintética nas demonstrações

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - DCASP

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS

Objetivo

Demonstrar de forma consolidada as informações e valores apresentados nas demonstrações contábeis individuais de todas as instituições ligadas de um mesmo grupo institucional

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

BALANÇO FINANCEIRO

BALANÇO PATRIMONIAL

NOTAS EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - DCASP

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS

VALORES E INFORMAÇÕES CONSOLIDADOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS DE TODAS AS INSTITUIÇÕES:
ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES E EMPRESAS

ELIMINAÇÃO DE SALDOS DE CRÉDITOS E OBRIGAÇÕES ENTRE AS INSTITUIÇÕES

ELIMINAÇÃO DE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES CORRELATAS

Notas Explicativas destacando:

Apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas – Informações relevantes sobre normas e especificidades

Técnicas de Consolidação utilizada

Investimentos em empresas controladas

Passivos Contingentes

ADMINISTRAÇÃO DIRETA = Poderes Executivos e Legislativo
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA = Autarquias, Fundações e Empresas

LINK PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS – MRJ CGM

- <http://www.rio.rj.gov.br/web/cgm> - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO CGM – CONTAS PÚBLICAS
- <http://www.rio.rj.gov.br/web/cgm/contas-publicas> - acesso direto Contas Públicas

Consulta aos Manuais MCASP e MDF

- <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/mcasp> - Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP
- <https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/mdf> - Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF

Contatos e Informações

Portal da CGM

- <http://www.rio.rj.gov.br/web/cgm>

Gabinete da Controladora

- **Tel.: 2976-2904**

SubControladora de Contabilidade e Contador Geral

- **Tel.: 2976-2904**